

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008878-23.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Claudinete Teodoro da Silva**  
 Requerido: **Claro S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**CLAUDINETE TEODORO DA SILVA** ajuizou Ação de **REVISIONAL cc OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c REPETIÇÃO DE INDÉBITO c.c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **CLARO S/A**, todos devidamente qualificados.

A requerente alega na inicial que possuía um contrato de telefonia móvel com a empresa requerida que durou aproximadamente cinco anos, até a data de 06/06/2014, ocasião em que transferiu o plano para seu cônjuge ; ocorre que no dia 24/07/2014 foi obrigada a pagar uma fatura no valor de R\$ 135,48, ou seja, no mesmo mês duas faturas referentes ao mesmo número foram pagas com titulares diferentes; como se tal não bastasse outras faturas continuaram a ser emitidas para ambos. Assegura que infrutíferas restaram as tentativas de solução para o citado problema e que a empresa requerida mencionou a hipótese de cadastrar seus dados pessoais nos órgãos de proteção ao crédito. Requereu o deferimento da tutela antecipada para determinar a exclusão de seus dados dos cadastros de mal pagadores e a procedência total da demanda condenando a requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais e restituição em dobro devido aos valores indevidamente cobrados. A inicial veio instruída por documentos às fls. 21/48.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Deferida antecipação de tutela e expedição de ofícios à fls. 49/50. Ofícios carreados às fls. 62/66.

Devidamente citada a empresa requerida apresentou contestação alegando que agiu legalmente quanto aos procedimentos adotados, ressaltando a inexistência de juntada de documentos comprovando as alegações da autora, não havendo que se falar em indenização. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 87/103.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 117. A empresa requerida se manifestou informando não haver mais provas a produzir e alegou desnecessidade de audiência de tentativa de conciliação. A autora não se manifestou.

**É o relatório.**

**DECIDO** de modo antecipado por considerar completa a cognição.

A fatura exibida a fls. 23 em nome de **Nilson da Silva**, esposo da autora, diz respeito ao uso do **telefone nº 16-992148316** e especifica como período de uso **13/06/14 a 06/07/2014**.

Ocorre que para o mesmo telefone (16-992148316) e mesmo período (aliás, mais abrangente) de 07/06/2014 a 06/07/2014, a ré expediu outra fatura em nome da autora!



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Inclusive cobrando o mesmo “Plano Online 500MB + 100 min + SMS”.

**Fica, assim, evidente que mesmo tendo transferido para NILSON a titularidade da linha 16-992148316 a ré continuou cobrando da autora, anterior usuária, em duplicidade.**

Como se tal não bastasse, continuou emitindo contas para agosto, setembro, outubro e novembro de 2014 (v. fls. 42 e ss) e não contente englobou todos os ilegítimos valores e negatizou os dados da autora na SERASA (v. fls. 39) em 28/11/2014.

É evidente, assim, que a referida negativação deve ser retirada em definitivo do sistema e os valores cobrados da autora reconhecidos ilegítimos.

A ré deve, ainda, devolver à autora, em dobro, os R\$ 135,48 pagos em agosto de 2014.

...

A autora pede ainda que juízo condene a ré ao pagamento de danos morais sustentando, basicamente, ter sofrido constrangimento moral ao ter seu crédito negado “na praça” por débito indevido.

Ocorre que contemporâneas à restrição discutida, a autora registrou outras que certamente macularam sua honra e tiveram o poder de impedir seu crédito na praça a saber: Banco IBI S/A Múltiplo incluída em 12/07/2014 e Luizacred S/A incluída em 07/11/2014 .


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, não se pode dizer que possuía um nome pelo qual zelar, ou, em outras palavras, um “Oásis Moral” a salvaguardar. Desse modo, não faz jus a qualquer indenização.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).

Como se tal não bastasse, temos a **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com a autora.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Concluindo: a autora tem direito a exclusão da negativação respectiva e à devolução em dobro do valor pago indevidamente, mas não faz jus à indenização por menoscabo moral, por força do entendimento sumulado já consignado.

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito para **DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO** referente ao contrato nº 748525451. **CONDENO a requerida, CLARO S/A, a pagar à autora R\$ 270,96** (duzentos e setenta reais e noventa e seis centavos), com correção a contar de agosto de 2014, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Torno, pois, definitiva a antecipação da tutela concedida a fls. 49. Oficie-se para a exclusão em definitivo no tocante ao débito aqui discutido.

Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTE o pleito de danos morais.**

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes. Fixo os honorários advocatícios ao patrono da autora em R\$ 880,00 e os honorários ao procurador da requerida também em R\$ 880,00, observando, entretanto, o disposto no artigo 98 do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**P.R.I.**

São Carlos, 16 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**